



Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Programa de Pós Graduação em Educação em Ciências: Química da
Vida e Saúde

DILCE TERESINHA ASSUNÇÃO DA SILVA

*SALA DE RECURSOS NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM
“DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM”.*

Orientadora: Prof^a. Dr^a Lisiane de Oliveira Porciúncula

Porto Alegre
2016

DILCE TERESINHA ASSUNÇÃO DA SILVA

*SALA DE RECURSOS NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM
DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM*

Projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação em Ciências.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Lisiane de Oliveira Porciúncula

Porto Alegre
2016

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço a **DEUS**, por **Ele** ter colocado pessoas tão especiais ao meu lado, sem as quais certamente não teria dado conta!

Aos meus queridos filhos **Carlos Júnior e Victoria** pelo apoio, incentivo e principalmenete pela afetividade e carinho sincero desde muito cedo, de compreender a minha constante caminhada acadêmica para atingir meus objetivos tanto pessoal, quanto profissional, eternamente serei grata a vocês;

Ao meu esposo **Alexander**, por estar presente, e sempre ao meu lado, pelo incentivo diário e por compreender minhas preocupações e ansiedade até a finalização da Dissertação, obrigada!

Aos meus pais **Ataliba e Jurema**, pelo carinho e incentivo em todos os momentos de minha caminhada;

Finalmente, gostaria de agradecer a minha Orientadora prof^a Dr^a **Lisiane Porciúncula**, pelo apoio, pelo incentivo para que eu pudesse realizar o meu objetivo, por acreditar, pela disponibilidade de ajudar-me constantemente, pelas orientações, pelo incentivando para que eu aproveitasse cada momento dentro do mestrado, cujos questionamentos ajudaram a encaminhar pontos importantes do meu estudo e significativamente para o meu próprio crescimento pessoal, obrigada pelo aprendizado.

RESUMO

A inclusão é um desafio constante na área da Educação. Nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, o apoio a inclusão está contido neste conceito, e por isso deve ser adotado o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na escola com a participação de professores que ministram diferentes disciplinas e exercem funções distintas. O presente trabalho buscou identificar quais os meios utilizados por uma escola da rede pública de Porto Alegre, para lidar com os alunos do ensino fundamental e médio, com dificuldades de aprendizagem. A escola objeto deste estudo utiliza a Sala de Recursos (SR) como parte do seu Projeto Político Pedagógico (PPP), que contempla o desenvolvimento de projetos voltados para a qualidade do ensino e a inclusão. A manutenção e organização da Sala de Recursos é de responsabilidade de uma professora especializada, que trabalha neste espaço há oito anos. Foi possível constatar que a professora trabalha com os alunos em pequenos grupos, mas atende aos mais diversos tipos de deficiências intelectuais com e sem diagnóstico, o que torna o ambiente da sala heterogêneo. Dentre as estratégias de aprendizagem adotadas, a professora trabalha com a confecção pelos próprios alunos dos materiais didáticos, visto que há uma carência de recursos na escola. A professora mobiliza e incentiva seus alunos para que possam se apropriar do aprendizado com práticas aplicadas no seu cotidiano. A intervenção educativa proposta a partir desta pesquisa é justamente atuar sobre os indivíduos necessariamente diversos, no sentido de lhes dar espaço e acesso ao ensino que por si já é singular, tratando-se do Atendimento Educacional Especial. Seria recomendado que a professora pudesse estabelecer um critério onde houvesse um planejamento para as necessidades de cada aluno. O trabalho direcionado com materiais e horários específicos para cada necessidade ampliaria o desenvolvimento de habilidades de cada aluno na fase em que se encontra. Espera-se que o conjunto de dados e reflexões aqui trazidos possa contribuir para maior compreensão e visibilidade das ações educativas em uma ação em conjunto com o indivíduo e de seu valor para a educação, ponderando os limites e desafios das práticas da promoção da aprendizagem.

Palavras-chave: Estratégia, inclusão e Sala de Recursos

ABSTRACT

The inclusion in elementary education is largely in the realm of education of children with disability and special educational needs. In Brazil, the inclusion is predicted by the National Guidelines for Special Education in Basic Education, by using Especialized Educational Services, with participation of special education teachers. In this study, it was sought to identify how a public school of Porto Alegre manages students from primary and secondary education, with learning disabilities. The school uses a designated room, namely a Resource Room (RR), in which ongoing projects and strategies are purposed for circumventing learning disabilities. Over eight years, a special education teacher has been responsible by the maintenance, organization and administration of this space. The room is part of the Pedagogic Political Project (PPP) of the school. In the RR the activities are conducted in small groups, the teacher has worked different types of intellectual disabilities with some of them without diagnosis. Thus, a work more directed towards each learning disability is more difficult. Among adopted learning strategies, the teacher uses materials built by students themselves, since there is a shortage of resources in the school. The teacher mobilizes and encourages the students with activities and knowledge to be applied in everyday life. The educational proposal from this research is precisely to act on the individuals who are necessarily different, with space and access to education, which is the case of Especialized Educational Services. The work should be made with specific materials and schedules for every need, leading to an improvement of development of skills of every student. A criterion should be established in order to plan a work with materials and specific schedules for each student, being more focused on the development and improvement of their skills. It will be expected that data and discussions may contribute to the understanding and visibility of educational projects taking into account the limits and challenges of practices to promote learning.

Key words: Strategy, inclusion and resource room.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado

AH – Altas Habilidades

DI.- Deficiência Intelectual

DA – Deficiência Auditiva

DV – Deficiência Visual

DM - Deficiência Mental

DF – Deficiência Física

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

MEC - Ministério da Educação

OMS - Organização Mundial de Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

PPP - Projeto Político pedagógico

SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SR – Sala de Recursos

SEED - Secretaria de estado da Educação

TDAH - Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade

TGD – Transtorno Global do Desenvolvimento

Sumário.....	Erro! Indicador não definido.
1. INTRODUÇÃO	8
1.2 - Um Breve Histórico sobre a educação inclusiva no Brasil.....	10
1.3 - Deficiência Intelectual.....	12
1.4 – Sala de Recursos	14
2 - OBJETIVO GERAL.....	17
2.1 - Objetivos Específicos	17
3 - METODOLOGIA.....	17
3.1 - Caracterização do Estudo.....	17
3.2 - Critérios de Inclusão	18
3.3 - Procedimentos Metodológicos.....	18
3.4 - Coleta de dados e formas de registro	18
4. ANÁLISE DOS DADOS.....	18
5- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
APÊNDICE - A TERMO DE ACEITE.....	37
APÊNDICE – B	38
9 - ANEXOS A – Fotos da Sala de Recursos.....	39
ANEXOS B – Fotos dos materiais didáticos confeccionados pelos alunos.....	40
ANEXOS C – materiais confeccionados pelos alunos em conjunto com professora e equipamentos que compõe a SR.....	41
APÊNDICE D – Um dos encontros com a Professora responsável pela SR.....	43
10 - Referências Bibliográficas.....	44

1. INTRODUÇÃO

O ato de ler e escrever sempre desempenhou um papel importante em vários âmbitos da nossa sociedade. Porém, pensando em nossa realidade, quando um indivíduo ingressa no mundo da escola, provavelmente se encontra em um verdadeiro envolvimento de expectativas referentes à aprendizagem. Nesse sentido, o indivíduo pode a partir deste ponto, enfrentar certo grau de ansiedade no que diz respeito a como irá aprender, o que irá enfrentar e como enfrentará, e como será a sua organização para aprender e adquirir conhecimento. Considera-se que o ato de aprender é também um fato social, e uma vez que cada um tem seu próprio ritmo de aprender, e é provável que desenvolva suas próprias habilidades de acordo com seu ritmo.

Ao conhecer a história de cada aluno, é possível criar espaços de diálogos que estimulem o seu perfeito crescimento intelectual e social. Conforme Gonçalves (2006), “a educação integral enquanto formação integral é a concepção mais comumente encontrada e empregada (...) tal compreensão pressupõe que se considerem crianças e adolescentes como sujeitos inteiros que possuem uma singularidade própria”.

Diante as diversas singularidades presentes na escola a educação está diante de um desafio constante que é o da inclusão. Em relação às Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001), o apoio a inclusão está contido neste conceito, pelo qual deve ser desenvolvido o atendimento educacional especializado (AEE) na escola envolvendo professores de diferentes disciplinas e funções.

Os sistemas de ensino devem constituir e fazer funcionar um setor responsável pela educação especial, dotado de recursos humanos, materiais e financeiros que viabilizem e dêem sustentação ao processo de construção da educação inclusiva.

As Diretrizes, no Art. 4º Como modalidade da Educação Básica, a educação especial considerará as situações singulares, os perfis dos estudantes, as características bio-psicossociais dos alunos e suas faixas etárias e se pautará em princípios éticos, políticos e estéticos. Ainda, a busca da identidade própria de cada educando, o reconhecimento e a valorização das suas diferenças e potencialidades,

bem como de suas necessidades educacionais especiais no processo de ensino e aprendizagem.

Os serviços de apoio pedagógico especializado em salas de recursos, nas quais o professor especializado em educação especial realize a complementação ou suplementação curricular, utilizando procedimentos, equipamentos e materiais específicos; Recomenda-se às escolas e aos sistemas de ensino a constituição de parcerias com instituições de ensino superior para a realização de pesquisas e estudos de caso relativos ao processo de ensino e aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais, visando ao aperfeiçoamento desse processo educativo. Constituição Federal de 1988; Lei 10.172/01 – Plano Nacional de Educação.

O termo inclusão já trás implícito a idéia de exclusão, pois só é possível incluir alguém que já foi excluído. A inclusão está respaldada na dialética inclusão/exclusão, com a luta das minorias na defesa dos seus direitos. Entende-se por inclusão a possibilidade de minimizar desigualdades sociais e que ao mesmo tempo contemplem a diversidade da condição humana em relação ao aprendizado em escolas públicas.

A educação que busca compreender as relações humanas, não pode se colocar como uma entidade solitária, e sim como uma entidade que pode se unir em um pensamento focado na importância de ver através de diversos olhares. No que diz respeito a inclusão escolar é preciso repensar o sentido que se está atribuindo à educação, além de atualizar nossas concepções e resignificar o processo de construção de todo o indivíduo.

Nessa temática se faz necessária uma mudança curricular em que valorize o aluno não apenas nas avaliações (notas, conceitos), mas também a sua individualidade, história de vida e seu contexto, ou seja, a realidade em que o aluno vive.

Segundo Bueno, (1998), para a inclusão acontecer não basta apenas estar garantida e amparada na legislação, mas demanda modificações sérias no sistema educacional. Estas mudanças deverão levar em conta o contexto sócio-econômico, além da morosidade, gradativamente planejadas e contínuas para garantir uma educação de ótima qualidade.

1.2 - Um Breve Histórico sobre a educação inclusiva no Brasil

A inclusão do indivíduo com necessidades educativas especiais na escola comum foi assinalada pela Declaração de Salamanca (1994), reafirmando que o movimento pedagógico, além das características democráticas, deverá ser pluralista, garantindo o acesso e a sua permanência nos diversos níveis de ensino. Deve ser crucial o respeito a sua identidade social, ressaltando que as diferenças fazem parte do ambiente escolar e que cabe a escola considerar essas múltiplas diferenças, facilitando o processo de adaptação para que as necessidades de aprendizagem de cada educando, sejam atendidas e se cumpra o processo educativo. Esse documento parte do pressuposto que “os programas de estudos devem ser adaptados às necessidades da criança e não o contrário. Nesse entendimento as escolas deverão, por conseguinte, oferecer opções curriculares que se adaptem às crianças com capacidade e interesses diferentes” (Declaração de Salamanca, 1994; e o Decreto Legislativo nº. 186/2008).

A Educação inclusiva compreende um processo que garante a toda criança sua matrícula na rede regular de ensino, e elas podem ser ou não portadoras de necessidades especiais. Conforme histórico, durante muitos anos ocorreram movimentos em prol da inclusão, e a partir destes que a educação passou a transformar as suas políticas pedagógicas em ações para desenvolvimento e aprendizado destas crianças.

Após o século XIX, a organização de serviços para pessoas portadoras de deficiência visual, auditiva, intelectual e física tinha a preocupação apenas com a deficiência. Somente no final do século XX que realmente houve uma atenção à educação, pois estes alunos eram vistos apenas como pessoas incapazes, sem condições de realizar qualquer tarefa.

Fonte:<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/deffisica.pdf>

Conforme o Censo de 2010, do Instituto Brasileiro Geográfico de Estatística – IBGE, publicado em 2015 no relatório de Saúde da Prefeitura Municipal de Porto

Alegre-RS, aproximadamente um quarto da população do município de Porto Alegre tem pelo menos uma das seguintes deficiências: visual, motora, auditiva e mental.

E conforme a Organização Mundial da Saúde – OMS - estima-se que cerca de 15% da população mundial tenha alguma deficiência, com prevalência de 2,2% dos indivíduos com 15 anos ou mais enfrentando dificuldades funcionais significativas. No ano 2000 cerca de 14,3% da população apresentava algum tipo de deficiência e no censo de 2010 o percentual aumentou para 23,87%.

Em relação à Educação, os dados do Censo escolar publicado em março de 2015 – pelo Portal Brasil, apontam que em 2014 mais de 698 mil estudantes especiais estavam matriculados em classes comuns, num total de 900 mil matrículas. Estes dados reafirmam o que em 1998 foi publicado, onde cerca de 200 mil pessoas estavam matriculadas na educação básica, sendo apenas 13% em classes comuns.

Conforme a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação, a inclusão em escolas públicas em 2015 apresenta um percentual de 93% em classes comuns”, este indicativo mostra o crescimento em relação às matrículas de alunos com deficiência na educação básica regular.

Ao se tratar de formação de professores, o Ministério da Educação - MEC revela que houve um aumento de 198% no número de professores com formação em Educação Especial. Outro dado importante refere-se aos recursos, que segundo o MEC, 42 mil escolas já teriam recebido recursos multifuncionais para acessibilidade, e 57 mil escolas tiveram verbas para adequar a sua estrutura de forma a atender melhor as necessidades das crianças.

Segundo Morin (2000, p. 99), o ato de educar deve possibilitar espaços que visem o surgimento de projetos e de cidadãos preparados para conviver e atuar dentro de uma sociedade não-discriminatória e, ao mesmo tempo, inclusiva.

Porém, Gardner (1999), agrega que a educação corresponde a um “[...] empreendimento muito mais amplo, envolvendo motivação, emoções, práticas e valores sociais e morais”. Sendo assim, a Educação deve ter um caráter na promoção e desenvolvimento do ser humano e preparo para vida em sociedade, ou seja, convivência em sua diversidade que compreende pessoas com ou sem deficiência.

1.3 - Deficiência Intelectual

A deficiência intelectual é uma característica que faz com que a pessoa apresente dificuldades para compreender e resolver problemas, pois há prejuízo cognitivo, com isso também perde a noção de tempo, de valores, prejudicando-os na socialização, na integração, causando incapacidade de seguir regras cotidianas. Fonte: novaescola.org.br/formacao/deficiencia-intelectual-inclusao-636414.shtml

É importante considerar que o desenvolvimento humano por ser de ordem complexa, e por estar diretamente ligada a questões igualmente complexas e que estão diretamente ligadas à aprendizagem, pois a deficiência intelectual afeta sua capacidade cognitiva, necessitando ser estimulada através da inclusão para que seja agregada e inserida no cotidiano escolar.

Conforme Honorado & Frizanco (2008), a deficiência intelectual não é considerada uma doença ou um transtorno psiquiátrico, e sim um ou mais fatores que causam prejuízo das funções cognitivas que acompanham o desenvolvimento diferente do cérebro.

No que diz respeito ao entendimento sobre o ensinar e aprender, Freire (1997), afirma que este processo em que historicamente era possível ensinar como tarefa não apenas enfatizada no aprender, mas perfilada em si, com relação a aprender, é um processo que pode deflagrar no aprendiz uma curiosidade crescente, que pode torná-lo mais e mais criador. Para este mesmo autor, quanto mais criticamente se exerça a capacidade de aprender tanto mais se constrói e desenvolve o que se denomina “curiosidade epistemológica”, sem a qual não alcançamos o conhecimento cabal.

De acordo com Fernández (1991), a dificuldade para aprender seria o resultado da anulação das capacidades e do bloqueamento das possibilidades de aprendizagem de um indivíduo e, a fim de ilustrar essa condição, utiliza o termo inteligência aprisionada no idioma original. Para a autora, a origem das dificuldades ou problemas de aprendizagem não se relaciona apenas à estrutura individual da pessoa, mas também à estrutura familiar.

Durante muito tempo a deficiência intelectual foi concebida e tratada como doença mental, tanto que os termos utilizados para nomeá-la foram enormemente influenciados pelos conhecimentos e terminologia da Medicina.

No trabalho educacional de pessoas com deficiência intelectual, torna-se importante e necessário além dos conhecimentos sobre o processo de ensino e aprendizagem, o conhecimento das concepções da deficiência e o que pode acarretar a possibilidades de desenvolvimento e de aprendizagem do aluno, que é o princípio da ação pedagógica e da definição das estratégias a serem empregadas. FALCONI (2002).

www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382012000300009

Porém, ao falarmos sobre Transtornos de Aprendizagem, estes podem ser diagnosticados quando o desempenho de alunos submetidos a testes padronizados de leitura, matemática ou expressão escrita estão significativamente abaixo do resultado esperado para a idade, escolarização e nível de inteligência. Fonte someeducacional.com.br/apz/...de_aprendizagem/DificuldadeAprendizagem.pdf

De acordo com Moojen (1999), pode haver transtornos de aprendizagem decorrentes da imaturidade do desenvolvimento e/ou disfunção psiconeurológica, e existe um grupo muito maior de pessoas que apresenta baixo rendimento escolar em decorrência de fatores isolados ou em interação. Para este mesmo autor, os termos distúrbios, transtornos, dificuldades e problemas de aprendizagem são comumente utilizados de forma aleatória, quer na literatura especializada, quer na prática clínica ou escolar, na intenção de formar quadros diagnósticos.

Ainda nesta perspectiva, o autor aponta que a utilização do termo distúrbios, problemas e dificuldades de aprendizagem são utilizados por profissionais que aparentemente são defensores da abordagem comportamental e assim preferem a utilização do termo transtorno, enquanto outros que se dizem construtivistas parecem ser adeptos ao termo dificuldades. As alterações apresentadas por esse contingente maior de alunos poderiam ser designadas como “dificuldades de aprendizagem”.

1.4 – Sala de Recursos

Embora esta pesquisa verse sobre as estratégias utilizadas na Sala de Recursos pelos alunos para lidar com dificuldades de aprendizagem, considera-se importante realçar que existe uma inquietação entre os profissionais da área da Educação e Saúde acerca de uma definição exata do que é considerado como distúrbio, transtorno, dificuldade e/ou problema de aprendizagem.

Sabe-se, no entanto, que isto requer prevenção, diagnóstico e reestruturação do processo de aprender e ensinar, justamente porque envolve uma gama literária fundamentada em concepções que nem sempre são convergentes.

Romero (1995), elenca as diversas teorias ou modelos de concepção sobre as dificuldades de aprendizagem em um continuum entre pessoa e ambiente, priorizando uma posição intermediária e interacionista, baseada em uma concepção principalmente na dialética das dificuldades de aprendizagem.

A literatura a respeito do diagnóstico e tratamento de distúrbios, transtornos, dificuldades ou problemas de aprendizagem é vasta e, fundamentada em concepções, muitas vezes, divergentes entre si. Devido ao significativo número de obras relacionadas ao assunto faz-se dificultoso elencar todas as possíveis definições e abordagens sobre esses conceitos. Assim sendo, na pesquisa em questão, serão apresentados os conceitos mais comumente utilizados na literatura especializada.

Há um número significativo de obras sobre o tema, o que muitas vezes impede o entendimento de todas as definições sobre os conceitos, assim, que, nesta pesquisa buscar-se-á uma revisão bibliográfica que descreva os conceitos para que sejam discutidas perspectivas de análise.

Ao menos tentar-se-á abrir um espaço na própria escola para que sejam reconhecidas as possíveis dificuldades e que os casos mais contundentes sejam encaminhados para profissionais da área da saúde, se for o caso. Ainda, os distúrbios - termo genérico/transtornos - específicos do desenvolvimento das habilidades escolares, são compostos por grupos de transtornos manifestados por comprometimentos específicos e significativos no aprendizado de habilidades escolares.

Conforme já mencionados, os comprometimentos não são resultado direto de outros transtornos, como o retardo mental, os déficits neurológicos, os problemas visuais ou auditivos não corrigidos ou as perturbações emocionais, embora eles possam ocorrer simultaneamente com essas condições.

De acordo com Gadotti (1988), a escola deverá ser o local de um sadio pluralismo de ideias, uma escola moderna, alegre, competente, científica, séria, democrática, crítica e comprometida com a mudança; uma mobilizadora, centro irradiador da cultura popular, à disposição de toda a comunidade, não para consumi-la mas, para recriá-la.

Desse modo, sabe-se que são muitas as teorias ou as formas de aprendizagem uma vez que o aprender é basicamente o enfoque do meio educacional, fato que se dá em ambientes e situações diversas. Neste caso as formas de aprendizagem estão ocorrendo por meio de jogos, brincadeiras, trabalho que pode ser realizado certamente no pátio da escola, durante uma atividade, por meio da própria leitura e escrita.

Porém, uma vez que o aprender aconteça em um ambiente formal, é preciso levar em conta as observações que se faz das dimensões do ensinar e aprender, pois é pelas inserções do educador que se pode transformar o meio e desenvolvê-lo.

Gotti (2004) a escola tem que ser a construtora do saber com justiça social, promovendo a discussão de temas como ética, direitos humanos, diversidade, participação política [e] paz, dentro da sala de aula, como eixos integradores do desenvolvimento curricular.

Neste mesmo contexto, Oliveira (2009), orienta: "Cabe à escola criar condições necessárias para o desenvolvimento do aluno e para a superação de seu próprio limite". A Sala de Recurso é um espaço físico, dentro da escola, onde se realiza o atendimento Educacional Especializado, com a utilização de materiais didáticos tais como: jogos, quebra-cabeça, leitura e escrita de histórias. São utilizados e disponibilizados materiais pedagógicos adequados às necessidades educacionais especiais dos alunos. Os atendimentos são realizados individualmente e em pequenos grupos, em horários e dias agendados. A escola lócus da pesquisa tem buscado criar condições, disponibilizando uma Sala de Recursos como um meio de trabalhar as atividades estrategicamente para desenvolvimento dos alunos.

A utilização da Sala de Recursos viabiliza a inclusão de alunos com dificuldades na aprendizagem. Entende-se que este espaço facilita o processo de aprender e ensinar diante da demanda presente. A sala de recursos como parte do processo de inclusão deveria fazer parte do contexto escolar, tema que deveria ser debatido e fundamentado em pesquisas e modos de viver dos próprios sujeitos da Educação. Tendo em vista seu caráter multifuncional para diferentes tipos de deficiência, a sala de recursos tem uma ampla função, e deve estar preparada para atendê-los dentro do seu contexto social.

É preciso dar importância às histórias de vida dos alunos participantes da sala de recursos visto que o ato de aprender é um processo gradual, singular. Portanto, no processo de ensinar e aprender existe um emaranhado de funções mentais ou sociais, de intenções de modo muito subjetivo a cada pessoa, e que deve ser observado e levado em conta. A partir do momento em que se conhece o aluno aprendiz, pode-se vislumbrar as mudanças que o abrangem como um todo, seja em atitudes, valores, posturas ou até mesmo habilidades.

Conforme Paraná (2011), a Sala de Recursos tem como público alvo os alunos diagnosticados com transtornos funcionais específicos (TFE), altas habilidades (superdotados). Trata-se de um serviço de apoio à Educação Básica, que engloba o ensino fundamental. Para que o aluno fosse atendido, foram definidos alguns critérios e pré-requisitos por parte da Instituição, tais como: um relatório de avaliação psicoeducacional realizado pela escola, onde esta reconhece que o aluno tem necessidades educacionais especiais, comprovado pela emissão de laudos e avaliações realizadas em outras áreas como a saúde.

Após o encaminhamento, este aluno juntamente com o relatório ou o laudo, comprova a necessidade de atendimento. Este documento servirá para que a professora possa elaborar um plano educacional com atividades individuais para cada necessidade, ou seja, de acordo com cada especificidade.

Vale lembrar que o trabalho pedagógico a ser realizado na sala de recursos, deverá ser do interesse, necessidade e dificuldade de aprendizagem específico de cada aluno, oferecendo apoio pedagógico e contribuindo para um melhor entendimento dos conteúdos de sala de aula, utilizando de estratégias e metodologias diferenciadas, dando maior autonomia e independência ao aluno (PARANÁ, 2011).

2 - OBJETIVO GERAL

O objetivo geral do presente estudo foi identificar os meios utilizados por uma escola da rede pública de Porto Alegre, para lidar com alunos com dificuldades de aprendizado no ensino fundamental e médio.

2.1 - Objetivos Específicos

- Identificar como a escola maneja o aprendizado de alunos com dificuldades;
- Conhecer o espaço disponibilizado pela escola, e o seu manejo, para os alunos com dificuldades de aprendizado;
- Identificar quais as estratégias que o professor adota para lidar com as dificuldades de aprendizado nesse espaço disponibilizado pela escola;

3 - METODOLOGIA

A manutenção, organização e administração deste espaço que compreende a Sala de Recursos, são de responsabilidade da Professora especializada que trabalha neste espaço há oito anos. A sala faz parte do Projeto Político Pedagógico (PPP), no qual consta a identidade da escola possibilitando o desenvolvimento de projetos voltados para a qualidade do ensino.

Para Lakatos e Marconi (1991), todos os instrumentos metodológicos percebidos durante a pesquisa qualitativa podem ser selecionados associando-os à problemática que está sendo estudada, ou seja, de que forma os alunos se organizam para aprender.

3.1 - Caracterização do Estudo

Este trabalho caracteriza-se por ser de natureza Qualitativa de cunho exploratório baseado em um estudo envolvendo profissionais especializados em uma escola Estadual da rede pública na cidade de Porto Alegre. Subsidiariamente, o estudo fará uso de questionário semiestruturado para professora, com o objetivo de

verificar por meio dos dados, como os alunos dizem sobre si e suas vivências escolares referindo-se a utilização de recursos para o aprendizado, além do Diário de Campo.

3.2 - Critérios de Inclusão

Para este estudo como critério de inclusão foi adotado que somente a Professora poderia participar, pois ela é a profissional responsável pela Sala de Recursos, da Escola de 1º e 2º Grau Paula Soares, da rede pública estadual na cidade de Porto Alegre, RS.

3.3 - Procedimentos Metodológicos

O procedimento principal constituiu-se de questionário semiestruturado e diário de campo. Segundo Gil (1999), é uma técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões, tendo como objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, entre outras, permite que as pessoas respondam quando acharem conveniente, não expõe o pesquisador a influência das opiniões e ainda, garante o anonimato das repostas.

Conforme Trivinõs (1987), o diário de campo também é um instrumento de registro de observação em pesquisa, assim, as anotações realizadas, sejam elas referentes à pesquisa ou a processos de intervenção, podem ser entendidas como todo o processo de coleta e análise de informações, são descrições de fenômenos sociais levantadas sobre a situação em estudo.

3.4 - Coleta de dados e formas de registro

A coleta de dados aconteceu por meio de questionário semiestruturado e diário de campo que permitiram a inclusão de perguntas esclarecedoras atribuindo significados e sentimentos que se expressam através do discurso.

4. ANÁLISE DOS DADOS

Os dados coletados foram submetidos à técnica de Análise de Conteúdo, Segundo as proposições de Bardin (2002), e corresponde a uma metodologia que possibilita a descrição e a interpretação dos conteúdos das mensagens. Ainda para esta autora, a análise de conteúdo consiste em um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.

Os referidos dados foram fundamentados em referências da literatura que abordam a estratégias de aprendizagem. A validação dos resultados foi mediada pela triangulação entre os dados do questionário, da revisão literária e das observações da pesquisadora. Segundo Moraes (2003), a qualidade e originalidade das produções resultantes se dão em função da intensidade de envolvimento nos materiais de análise.

Para preservar a identidade dos participantes da sala de recursos, os nomes foram representados a partir de uma nomenclatura própria, sendo que cada aluno foi nomeado com uma letra "A", que representa "Aluno", acompanhado de números crescentes.

Para melhor descrever o funcionamento e os atendimentos na Sala de Recursos, foram acrescentados os dados coletados numa planilha disponibilizada pela própria professora. A planilha descreve a distribuição em ano/série que os alunos pertencem, os dias da semana em que ocorrem os atendimentos. Os alunos foram identificados com letras do alfabeto, conforme já mencionado anteriormente, mantendo o sigilo de sua identificação.

Quadro 01 – Planilha de controle dos atendimentos da Sala de Recursos (2014).

2014	Ano Série	Laudos/Diagnósticos	Dias de atendimento	Tipo de atendimento
	A1 – 2º ano – fundamental	Em avaliação clínica	5ª feira/tarde	Individual
	A2 – 3º ano – fundamental	Tem laudo	2ª e 5ª feira/tarde	Dupla
	A3 – 3º ano – fundamental	Em avaliação clínica	-	Individual
	A4 – 3º ano – fundamental	Em avaliação clínica	2ª e 4ª feira	Grupo e individual
	A5 - 3º ano – fundamental	Laudo - TDAH	2ª feira – manhã	Dupla
	A6 – 4º ano – fundamental	Laudo – TDAH	5ª feira	Dupla
	A7 – 4º ano – fundamental	Laudo – Paralisia	3ª feira/tarde	Grupo
	A8 – 4º ano – fundamental	Não tem laudo	3ª feira/tarde	Grupo
	A9 – 5º ano- fundamental	Tem laudo	3ª feira/tarde	Grupo
	A10 -7º ano- fundamental	Em avaliação clínica	2ª feira/tarde	Individual
	A11- 1º ano –ensino médio	Laudo –Asperger	5ª feira/manhã	Individual
	A12 - 2º ano –ensino médio	Laudo – Deficiência Motora	2ª e 4ª feira – manhã	Grupo e individual
	A13 - 2º ano –ensino médio	Laudo –Asperger e Transtorno Global do desenvolvimento	4ª feira – manhã	Individual
	A14- 3º ano –ensino médio	Laudo –Asperger	4ª feira –tarde	Individual
	A15- 3º ano –ensino médio	Faz uso de medicamento	3ª feira –tarde	Individual
	A16- 3ºano –ensino médio	Não tem laudo	3ª feira –tarde	Individual
	A17- 3ºano – fundamental		3ª feira – manhã	Dupla

Quadro 02 – Planilha de controle dos atendimentos da Sala de Recursos (2015).

2015	Ano Série	Laudos Diagnósticos	Dias de atendimento	Tipo de atendimento
	A1 – 2º ano – fundamental	Em avaliação clínica	5ª feira/tarde	Individual
	A2 – 4º ano – fundamental	Tem laudo não informado	2ª e 5ª feira/tarde	Dupla e individual
	A3 – 3º ano – fundamental	Em avaliação clínica	-	Individual
	A4 – 3º ano – fundamental	Em avaliação clínica	-	Individual
	A5 - 4º ano – fundamental	Laudo - TDAH	2ª feira – manhã	Dupla
	A6 – 5º ano – fundamental	Laudo – Paralisia	3ª feira/tarde	Dupla
	A7 – 5º ano – fundamental	Não tem laudo	3ª feira/tarde	Dupla
	A8 – 6º ano- fundamental	Tem laudo- não informado	3ª feira/tarde	Individual
	A9 - 7º ano- fundamental	Em avaliação clínica	2ª feira/tarde	Individual
	A10 - 2º ano – ensino médio	Laudo –Asperger	5ª feira/manhã	Individual
	A11 - 3º ano – ensino médio	Laudo – Deficiência Motora	2ª e 4ª feira – manhã	Individual
	A12 - 3º ano – ensino médio	Laudo –Asperger e Transtorno Global do desenvolvimento	4ª feira – manhã	Individual
	A13 - 1º ano- fundamental	Não informado	-	Individual
	AP -1º ano – ensino médio	Não informado	-	Individual
	AQ - 6º ano- fundamental	Em processo de avaliação	-	Individual
	AR - 7º ano- fundamental	Em processo de avaliação	-	Individual
	AS -7º ano- fundamental	Em processo de avaliação	-	Individual

A Sala de Recursos (SR) onde os alunos são atendidos localiza-se em um espaço no interior da Escola, ao lado da biblioteca. Na escola pesquisada, os atendimentos ocorrem em horário agendado, conforme acordado entre a professora da Sala de Recursos e os professores de classe. A professora avalia individualmente o aluno encaminhado e verifica como ele faz atividades manuais e com jogos para determinar a necessidade de atendimento individual e/ou em grupo. É possível identificar que dependendo da necessidade o atendimento é realizado duas vezes por semana ou em pequenos grupos. Porém, em alguns casos o atendimento é individual e frequentemente se dá naqueles em que o diagnóstico ainda não foi obtido ou quando o laudo é deficiência motora. Segundo a professora a organização do atendimento na SR ocorre em duplas e grupos de séries ou afinidades. De acordo com a atividade proposta, pode ser na mesa, no tapete (chão), no computador, no pátio. A professora relatou que este é um momento que os alunos adoram, e a frequência é de uma a duas vezes por semana conforme a necessidade individual.

Em 2014 foram atendidos 17 alunos, e em 2015 foram atendidos 19 alunos. De acordo com a professora, quando questionada sobre quais deficiências intelectuais foram trabalhadas na sala de recursos, ela relatou que são atendidas as deficiências intelectuais, físicas, auditiva e do transtorno global do desenvolvimento (TGD). A maioria dos alunos atendidos na SR possui deficiência intelectual, e apresentam como característica a dificuldade acentuada de aprendizagem na área da leitura e escrita e também no raciocínio lógico e resolução de problemas.

Pode-se observar que a professora atende aos mais diversos tipos de deficiências intelectuais, o que torna o ambiente da sala heterogêneo. Seria recomendado que a professora pudesse estabelecer um critério onde separasse as necessidades de cada aluno, pois assim planejaria um trabalho direcionado com materiais e horários específicos para cada necessidade. Isto ampliaria o desenvolvimento de habilidades de cada aluno na fase em que se encontra, utilizando uma das estratégias neste caso, que o trabalho em grupo, pois acredita-se que a interação verbal em conjunto que é a língua falada se dê de modo constituído, fato que demanda tempo e atenção à expressão facial, corporal e à flexibilidade na hora de expor-se. O que pretende-se é a comunicação humana, pois há de existir sintonia entre professor e o aluno, levando-se em conta que a expressão é um

processo, uma via de mão dupla, algo ativo e produtivo na medida em que são respeitadas as singularidades. Contudo, há que existir uma plena atenção às interações verbais, trazidas pelos alunos, pois elas acontecem com características próprias, o aluno necessita de espaço e ampliação para o seu desenvolvimento e interação com meio.

Conforme Oliveira (1996), existem diferentes linguagens que mobilizam diferentes formas de pensar. Assim a linguagem escrita exige alto grau de abstração, pois a fala em pensamentos e imagens precisa ser codificada, e portanto, há a necessidade de estratégias expressivas para simbolizar a imagem sonora da palavra.

A intervenção educativa proposta a partir desta pesquisa é justamente atuar sobre os indivíduos necessariamente diversos, no sentido de lhes dar espaço e acesso ao ensino que por si já é singular, tratando-se do Atendimento Educacional Especial.

De acordo com a professora, o desenvolvimento das atividades manuais na SR contribui para o planejamento pedagógico, pois com esse trabalho procura-se verificar também a ação do aluno ao utilizá-las no desenvolvimento das habilidades e potencialidades do dia a dia.

A professora quando questionada se as atividades manuais proporcionam autonomia, conforme a professora sim, pois para ela quando o aluno da SR encontra-se na sala de aula comum, ele deve realizar todas as atividades que os colegas realizam da maneira que as compreende e que as atividades individuais são importantes em alguns momentos para avaliarmos o nosso trabalho mas, segundo a professora prefere as atividades em grupo onde os alunos interagem com os colegas de forma colaborativa.

A professora relatou sobre a internalização do conteúdo por parte de seus alunos, com os exemplos elucidativos a seguir: o aluno que explica o seu dia a dia, o que aprendeu, fazendo-se perceber que o aluno está em alfabetização, pois consegue fazer uma lista de compras para mãe ir ao supermercado. O aluno também foi capaz de associar a notícia que assistiu na TV com o conteúdo trabalhado em aula, como água, falta d'água ou fenômenos da natureza. A professora identifica estes fatos como a internalização de conteúdo.

Percebe-se que a professora trabalha uma associação tanto de conteúdo pedagógico como a contextualização da vida de cada aluno. Ela faz uma interligação do mundo da escola e do aluno fora dela. Com isso verifica-se o quanto é importante e indispensável o trabalho da SR para a comunidade escolar e a comunidade como um todo. Este exemplo de como o aluno consegue agregar o conteúdo, chegar em casa e fazer uma lista de compras, significa um avanço considerando que são crianças de educação especial.

Em relação a aplicação de outras atividades que a professora pretende utilizar na sala de recursos, ela relatou que tem como proposta fazer “a hora do conto”, com confecção de personagens (fantoques), que seriam construídos com sucatas, além de outros jogos que sejam de interesse dos alunos. Aqui novamente foi identificado como a professora trabalha com a construção do próprio material para as atividades a serem realizadas na SR e como ela está desenvolvendo as habilidades motoras, a cognição e a socialização. Interessantemente foi possível observar que o trabalho manual foi também um meio encontrado para descarregar a energia, explorando as atividades motoras em conjunto, ou seja, o ato de fazer algo auxiliando na integração e socialização, tornando a atividade mais prazerosa.

Quando questionada sobre as avaliações, se eram feitas avaliações de aprendizado nos alunos após frequentarem a sala de recursos, a professora relatou que realiza parecer descritivo trimestral, onde descreve suas observações e os avanços dos alunos durante o trimestre.

Nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001), encontra-se o conceito desse serviço de apoio à inclusão, pelo qual deve ser desenvolvido o atendimento educacional especializado (AEE) na escola, envolvendo professores com diferentes funções.

Segunda a professora, a SR oferece AEE a todos os alunos com deficiência matriculados no ensino regular da escola. Um dos relatos importantes por parte da professora é a sua opinião sobre a importância da sala de recursos para a melhora do desempenho, autonomia e autoestima dos alunos com deficiências de aprendizagem. Quando questionada a respeito das dificuldades encontradas para ministrar as atividades na SR, a professora reconheceu que seria importante receber um aporte de materiais e equipamentos diversificados para as atividades, vislumbrando nos alunos mais interesse e motivação no aprender. A professora

informou que somente em 2007 e 2009 a Escola recebeu material do governo para equipar a Sala de Recursos. Foi perceptível que a professora trabalha muitas vezes de forma isolada, tentando promover ações necessárias para o desenvolvimento e ampliação do trabalho na SR. Dessa forma, há a necessidade do envolvimento da comunidade escolar e familiar na divulgação deste trabalho, seja por meio de seminários, reuniões de pais, no sentido de promover ações e projetos voltados para ampliação, e conseqüentemente, o recebimento de materiais didáticos específicos para sala de recurso.

A professora também apontou como dificuldade para realizar o trabalho na SR, a resistência por parte de alguns professores em trabalhar com alunos com dificuldades de aprendizagem. Alguns professores se posicionam de forma contrária a esta estratégia de inclusão, mas a professora ressalta que a maioria dos colegas se dispõe a aceitar e trabalhar pela inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular.

Sobre o ato de ensinar e aprender, a professora tem como fundamento que para o aprender e o ensinar é crucial e necessário que o professor crie um vínculo afetivo com o aluno. Este vínculo afetivo permite o despertar para o desejo de aprender e o avanço no processo de ensinar e aprender. A professora ainda reforçou que aprendemos e ensinamos constantemente não só conhecimento, mas também cidadania.

No que diz respeito a compreensão da professora sobre o que é distúrbio, dificuldades e transtorno de aprendizagem, ela relatou que no seu entendimento distúrbio é algo fora do normal, fora do padrão, que perturba. A dificuldade foi interpretada como algum impedimento físico ou obstáculo que não nos permite realizar atividades de forma natural. Finalmente, para o transtorno de aprendizagem a professora respondeu que compreende como uma inabilidade específica na aprendizagem como fala, leitura, escrita e matemática. A professora manifestou interesse em aprofundar mais o seu conhecimento sobre distúrbio e transtorno de aprendizagem. Portanto, percebe-se a necessidade de haver um trabalho na escola, por meio de seminários, palestras, ou grupos de professores, para auxiliar no melhor entendimento do seu trabalho, dos tipos de deficiências que podem aparecer na sala de recursos e o impacto das atividades que estão sendo desenvolvidas, no sentido de minimizar a desigualdade dentro e fora da escola. Seria importante o preparo de

todos para um melhor entendimento de como lidar com as diferenças, pois é um trabalho que envolve na maioria das vezes a socialização e a integração. Quando a professora foi questionada sobre a existência de algum caso em especial que ela gostaria de compreender melhor, ela referiu-se a dois na escola, que gostaria de poder ajudar a alfabetizar utilizando estratégias.

É evidente a necessidade de uma avaliação neurológica, visual e auditiva, pois determinariam qual a real situação destes alunos. No que diz respeito às estratégias, sugiro a utilização de figuras e identificações de jornais ou revistas para o reconhecimento das sílabas, bem como leituras em conjunto para o desenvolvimento da dicção, e conseqüentemente a cognição. A manufatura de cartazes, recortes de figuras, para que a criança escreva o que aquela figura está apresentando. O trabalho com letras de música com ilustrações pela escolha das crianças motivariam a fala, escrita e leitura.

Para agregar as atividades, a professora confecciona juntamente com os alunos materiais didáticos como jogos, quebra-cabeças numéricos, letras do alfabeto feitas artesanalmente para complementar e desenvolver seu trabalho em prol do aprendizado. Além de motivar os alunos, a criação do material permite também o desenvolvimento da atividade motora, assim no final de cada atividade, os mesmos organizam sala e os materiais utilizados durante o período.

Essa estratégia do aluno organizar o material proporciona o comprometimento com o material que ele criou e confeccionou, incentivando o seu senso de responsabilidade, o cumprimento de regras e o estabelecimento de limites no processo de aprendizagem.

Conforme Miranda (2001), as atividades lúdicas afetam benéficamente o aluno, e principalmente a motivação, criatividade e socialização. A sala de recursos recebe também aqueles alunos encaminhados pelos professores sem o diagnóstico, os quais conseguem trabalhar e conseqüentemente em sala de aula há um grande avanço no aprendizado e na integração com os demais.

Ressalta-se que para Gardner (1994), pesquisas revelam que a utilização de estratégias de aprendizagem tem sido bem sucedida de modo geral, pois revela ser capaz de produzir um melhor entendimento das informações recebidas em sala de aula quanto no trato com o aluno.

Assim, conforme o foco do estudo no que tange a utilização da sala de recursos como estratégia nas dificuldades de aprendizagem, compreendeu-se que entre os alunos participantes existe a utilização das seguintes formas singularizadas, tidas aqui como estratégias: pedir ajuda aos colegas; solicitar ajuda da professora; realizar jogos para compreender as letras e os números, diferenciar cores e tamanhos de objetos. As atividades da sala de recursos são um apoio que utiliza das brincadeiras e jogos propostos individualmente e em grupo para a obtenção de um melhor entendimento dos conteúdos de sala de aula e para troca entre os colegas, agregando trabalho em grupo, convívio e aprendizado.

Após ter observado por meio da escrita e da fala que existe toda uma demanda de informações trazida por estes alunos, poderíamos descrever como “além dos muros da escola”, *como foi o caso do menino fazer uma lista de compras para mãe ir ao supermercado*; é preciso reiterar que foram ricas as observações, as informações colhidas durante as atividades na sala de recursos, bem como a forma como cada aluno demonstrou necessitar de um “jeito seu” de aprender.

A professora estava sempre atenta ao modo como cada um de seus alunos se organiza para desenvolver as atividades propostas, tanto individual como em grupo, pois os questiona constantemente sobre cada objeto que está sendo trabalhado.

Para Vygotski (1991), o lúdico influencia e amplia o desenvolvimento da criança, pois através de jogos e brincadeiras é que se aprende, estimulando a curiosidade, causando mudanças das necessidades e da consciência, transformando e proporcionando a construção e desenvolvimento da linguagem, do cognitivo, ou seja socializando no mundo da aprendizagem.

Durante o percurso foi possível conhecer as estratégias utilizadas pelos alunos na sala de recursos, como a construção dos materiais didáticos, desde o início com o recorte das figuras, a pintura e a colagem. Com estas ações, percebeu-se o trabalho que é realizado na parte psicomotora, cognitiva, no desenvolvimento da linguagem. Como o aluno participa ativamente das atividades, ele naturalmente se organiza para executar de maneira prazerosa a atividade proposta pelo professor.

Para Freire (1996), “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.”

A professora da sala de recursos ressalta que o aprender e o ensinar são fundamentais e necessários, pois o professor cria um vínculo afetivo com o aluno. Isto ocorre durante o seu trabalho, durante a confecção dos materiais e conseqüentemente ao ouvir e acolher o aluno em sua dificuldade, despertando o desejo de aprender e avançar no processo de ensino e aprendizagem. Ainda ressalta que aprendemos e ensinamos constantemente não só conhecimentos mas, também cidadania.

Para Bueno (2008), a inclusão do aluno com deficiência intelectual no ensino regular, tem sido um tema mundial e amplamente debatido no meio educacional, nas últimas décadas.

Na elaboração deste projeto para comunidade escolar, é perceptível que a realidade das instituições de ensino parece não estar preparada nem estruturada para incluir os alunos com dificuldades, o que aponta a carência dos órgãos responsáveis pela educação em promover ações transformadoras com caráter social. Na realidade da escola estudada, existe uma profissional especializada e competente que gosta do que faz, pois trabalha sem distinção com a realidade de cada aluno. Portanto, a inclusão notoriamente faz parte de seu trabalho, mesmo com as dificuldades enfrentadas. Para esta profissional e sua instituição o aluno que ali se encontra não é apenas mais um aluno matriculado. Trata-se de um aluno que recebe apoio, acolhimento e trabalho direcionado conforme a sua necessidade, para que ocorra o seu desenvolvimento dentro de suas limitações. Porém, a professora relata a carência de materiais didáticos para sala de recursos e outros profissionais que possam ajudar e apoiar não só a demanda já existente como as prováveis que ainda virão.

Este tema tem sido um desafio a todos que vêem a educação como elemento fundamental na reconstrução e na integridade dos alunos, e da sociedade em geral. Após conhecer a sala de recursos, constituída de um ambiente onde estão distribuídos de um lado materiais didáticos, TV, computadores e jogos, e no outro espaço da sala está posta uma mesa também com materiais para atender e realizar trabalhos individuais e em grupo, observou-se o quão importante é a estratégia de organizar os materiais de apoio para trabalhar. Em um dado momento a professora solicita o apoio aos alunos para a construção dos materiais, e em outro momento, ela solicita tarefas que desempenham um papel fundamental no seu

desenvolvimento psicomotor, e no trabalho em conjunto sendo de fundamento para socialização e integração.

A sala de Recursos atende a educação básica e também o ensino médio, sendo considerado um atendimento educacional especializado, de natureza pedagógica, que complementa e beneficia a escolarização de alunos que apresentam deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, matriculados na Rede Pública de Ensino (Paraná, 2011).

Uma das atividades desenvolvidas na sala de recursos é a retomada do conteúdo dado em sala de aula, o qual o aluno tem a dificuldade, para que esse aluno gradativamente compreenda e consiga acompanhar os demais colegas nas atividades propostas pela professora de classe.

Ao conhecer algumas histórias contextuais e sociais dos alunos, e por meio da observação participante, conclui-se que é possível criar espaços de diálogos que estimulem o crescimento intelectual e social dentro da escola e também fora dela. O atendimento educacional especializado não é somente um reforço escolar. A função é organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam o acesso, a participação e a aprendizagem no ensino regular, considerando as necessidades específicas dos estudantes, que formam o público alvo da Educação Especial – Diretrizes Orientadoras para a Rede Estadual de Ensino no RS.

Conforme a professora quando um aluno aplica no dia a dia o que aprendeu na Sala de Recursos, isto significa que por meio dos recursos ele utilizou uma estratégia, ampliando o seu processo de aprendizagem, sua perspectiva de um futuro melhor com qualidade e transformação. Com isso, teremos cidadãos bem preparados com objetivos alicerçados, não só teoricamente mas, psicossocialmente.

É essencial ter como apoio a utilização de estratégias necessárias para o desenvolvimento de projetos e práticas pedagógicas que repensem a construção deste novo tempo de educação para todos, ou seja uma escola inclusiva, onde o aluno tenha profissionais bem preparados, local e material adequado para desenvolvimento de suas atividades para uma melhor aprendizagem.

O presente estudo pretendeu identificar e descrever recursos de aprendizagem utilizados na sala de recursos, mais precisamente com estudantes do

ensino básico e médio como partícipe da história da educação, verificando as suas necessidades, afirmando-o como agente de um processo contínuo de ensino e aprendizagem, ainda objetivando mostrar a importância de construir um projeto psicopedagógico para comunidade escolar.

Ao construirmos uma sala de recursos, estaremos utilizando não só de um espaço especializado, mas sobretudo de estratégias, que implicam em diversas maneiras de ensinar e se aproximar da dificuldade e da demanda presente. É uma opção fundamental e importante na construção e no desenvolvimento educacional, ainda podendo ser implementada como uma proposta de tempo integral nas instituições, com o objetivo de promover condições mínimas de aprendizado, por meio de tarefas como: oficinas pedagógicas, criação de jogos ligados a criatividade, utilizando-se assim, o cognitivo, a motricidade, ampliando e desenvolvendo a fala e escrita.

Conforme Paraná (2011), a Sala de Recursos complementa a escolarização de alunos que apresentam deficiência Intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, matriculados na Rede Pública de Ensino.

Importa afirmar que é preciso objetivar espaços de participação de toda a comunidade escolar, para que a escolarização de alunos com dificuldades de aprendizagem na educação básica ocorra qualificando-os numa nova dimensão da luta pelo direito à educação.

A comunidade escolar, nesta perspectiva deve clamar por ações psicopedagógicas, fundamentadas, alicerçadas e promotoras em torno no desenvolvimento e crescimento teórico-prático do aluno. Neste caso a sala de recursos tem como principal o benefício do desenvolvimento e aprendizado por meio de atividades propostas que vem ao encontro de sua inclusão e inserção na sociedade e principalmente na instituição educacional.

A Sala de Recursos proporciona ainda, (re)significação de conceitos já aprendidos de uma forma divertida e motivadora para o estudante, além do desenvolvimento de estratégias de resolução de problemas pelas atividades propostas, aprendem a tomar decisões para uma possível avaliação, proporciona a integração das diferentes disciplinas e atividades.

Estas atividades da sala de recursos requerem a participação ativa do estudante na construção do seu aprendizado, favorecendo a integração entre os estudantes e a professora, pois propicia o trabalho em grupo, a criatividade, a construção do próprio material didático, e ainda proporciona a observação e identificação do educador para um provável diagnóstico de algumas dificuldades dos alunos.

Miranda (2001) evidencia dois elementos importantes na elaboração das atividades lúdicas, “prazer e alegria”. Para esse autor, esses dois elementos são fundamentais para que ocorra o aprendizado.

É consenso comum que aprendemos de formas diferentes em momentos diferentes, ou seja, a assimilação ocorre em cada um conforme nossas vivências. Por que então existe a dificuldade em incluir nossos alunos tanto na escola como na vida em sociedade? Será que a educação brasileira deveria seguir exemplos como o que ocorre na Finlândia, Chile, Irlanda e Coreia do Sul, no que se refere a um tipo de educação que investe de forma positiva, mantendo seus estudantes em média nove horas dentro da escola? Nossos estudantes passam de quatro a cinco horas na escola, e mesmo assim parece que o ensino e aprendizagem não tem se mostrado de forma satisfatória, principalmente se o assunto for inclusão.

Neste mesmo contexto, no Brasil encontramos uma diferença bem significativa não apenas na educação mas, na estrutura educacional como um todo. As nossas escolas não tem estrutura básica que comporte um atendimento diferenciado, nem profissionais treinados e habilitados para trabalhar com as crianças em tempo integral. Um dos principais problemas é a carga horária, um professor que tem 20 horas não trabalha em tempo integral. Além da falta de recursos humanos, em outras situações há carência de materiais didáticos e espaço delimitado para o trabalho a ser realizado com crianças e adolescentes com necessidades especiais.

No que diz respeito a inclusão no Brasil, nas nossas escolas públicas esse processo caminha em ritmo lento. Por outro lado, percebe-se que no ensino privado há oferta de uma série de atividades, incluindo aulas de reforço, esportes, recreação, cursos de idiomas, agregando o aprendizado dado em sala de aula, mas este tipo de educação é restrito àqueles que têm condições de pagar e manter seus filhos num ensino diferenciado.

Este relato também faz parte da vivência pessoal e familiar, pois a pesquisadora é mãe um portador de deficiência auditiva. Assim como há 27 anos atrás, a inclusão ainda é incipiente, ou seja, ainda há carência de profissionais preparados, humanizados para acolher e receber estas demandas. Embora exista um trabalho voltado para a inclusão, foi graças a minha insistência que meu filho hoje é graduado em Psicologia, pelo auxílio dos cursos de Libras e Interprete. Portanto, é de meu conhecimento e vivência como se desenha a inclusão em escolas públicas. Atualmente, meu filho trabalha para incluir outras crianças e adolescentes surdos no mundo da escola e na sociedade como um todo.

O discurso circulante neste artigo versará sobre a importância de manter nossos alunos na escola e da dificuldade de se ter uma escola verdadeiramente inclusiva. Para tanto, em fase inicial, abriu-se uma questão de pesquisa: É possível ser uma escola integral e inclusiva ao mesmo tempo? Conforme dados coletados do Questionário-semi-estruturado e Diário de Campo, a realidade demonstra que a maioria das instituições de ensino parece não estar preparada nem estruturada para incluir os alunos com deficiência e dar atendimento adequado a essa nova demanda. Algumas escolas têm tentado adequar suas ações, mas nem todos os docentes se sentem capazes de atender a demanda.

Ao pesquisar outros trabalhos com o tema Sala de recurso, um deles objetivou encontrar a relação entre aprendizagem de crianças com deficiência intelectual leve com crianças sem nenhum tipo de deficiência, além de elencar quais são as maiores dificuldades para adequar a inclusão desses alunos no ensino regular. O trabalho reportou como resultado da maior dificuldade de inclusão a falta de capacitação, de professores, parcerias com profissionais especializados bem como a carência de espaço físico e materiais (Tédde, 2012).

Em um segundo trabalho, que tratava da eficiência da Sala de recursos, visou compreender como se constitui o programa Educação Especial denominado Sala de recurso, e o seu papel no processo de inclusão de alunos com deficiência intelectual, descrevendo a importância do movimento da psicomotricidade na interação com meio social. A importância da psicomotricidade, do afeto, do simbólico e cognitivo, ou seja, a importância da educação física. A finalidade deste trabalho foi atender o maior número de crianças com as mais diferentes deficiências físicas e intelectuais. Os resultados demonstraram que há uma necessidade de trabalhar a

resistência que as famílias e os alunos tem da SR, pois necessitam entender melhor o que é AEE e quanto as deficiências atendidas aparece em maior número a deficiência intelectual. Das três escolas pesquisadas num total de 56 alunos, 37 tem o diagnóstico de DI, 20 alunos apresentaram outro tipo de deficiência e o restante aparece apenas a indicação da professora. Ainda, no ato da matrícula, os agentes de educação especial já organizam os encaminhamentos dos AEE para SR, e os diretores também podem encaminhar para o atendimento mesmo sem laudo (Weber & Benetti, 2012).

O terceiro trabalho pretendeu identificar as características e entendimento da diferença entre os programas de apoio educacional entre a Sala de recurso e o Contraturno, e se os professores entendem sobre o que significa um programa e o outro, ainda como podem contribuir no processo de ensino e aprendizagem na inclusão de alunos deficiência. Para ser atendido pela primeira vez na SR o aluno tem que passar por uma avaliação psicoeducativa, e queles egressos de classes especiais ou escolas com AEE, deverá apenas realizar uma avaliação pedagógica para atualizar o plano de AEE.

Os resultados encontrados afirmam que os professores sabem o que é contraturno, mas, em relação à sala de recursos há necessidade de maiores informações e formação de professores, pois a AEE é um apoio no ensino regular para inclusão, tendo como objetivo atender as necessidades educacionais, individuais, complementando o ensino de classe comum.

Ao analisar estes três estudos com a pesquisa desta dissertação foi possível encontrar algumas diferenças, mas com alguns achados similares. O objetivo deste estudo foi identificar os meios utilizados por uma escola da rede pública de Porto Alegre para lidar com o aprendizado de alunos do ensino fundamental e médio com dificuldades. Na escola investigada os alunos com deficiência intelectual utilizam de materiais psicopedagógicos da SR para minimizar suas dificuldades, os outros utilizam atividades extracurriculares, esportivas e recreativas, ainda tem mais de um profissional com formação para AEE, sendo que em algumas salas de classe comum a professora também tem formação.

Outra diferença refere-se a construção do próprio material como uma das estratégias da sala de recursos, onde a professora relaciona atividades pedagógicas com a realidade contextual do aluno. Ainda diferentemente dos outros trabalhos

citados refere-se ao acolhimento avaliação e atendimento educacional especializado, onde apenas uma professora é responsável por toda a demanda de trabalho com as diversas deficiências. Nos outros trabalhos existe a colaboração de mais profissionais, pois a SR funciona em horário inverso ao turno de aula, ocorrendo desde então a triagem e o direcionamento da deficiência intelectual para o AEE, e avaliação é encaminhada a Secretaria de Educação para ser realizada para posterior retornar ao atendimento.

Os alunos demonstraram ativamente sua participação e construção no seu desenvolvimento, aprendem, organizam-se e criam estratégias de aprendizagem através de materiais construídos com sucatas, agregando-se com as atividades presente, ocorrendo o envolvimento e ação para construção do seu próprio saber.

Assim o que me parece que tem pontos em comum foram as necessidades existentes de trabalhar a inclusão e a formação de profissionais para trabalhar AEE, ainda da presença de resistência por parte de professores e da comunidade familiar, pois em muitas situações aparece apenas o encaminhamento para avaliação de alunos, esta situação é comum aos trabalhos aqui citados.

O trabalho tem sido construído lentamente, dada a falta de estrutura básica e de recursos humanos como a formação que lhes permitam atender a diversidade e a demanda presente nas salas de aula. Precisa haver articulação pedagógica, estratégica e dinâmica entre os professores, que atuam no AEE e os professores das classes do ensino regular, para promover as condições de participação e aprendizagem dos alunos, que são de extrema importância para o êxito da educação inclusiva (BRASIL, 2010).

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo caracterizou-se por ser de natureza qualitativa, de cunho exploratório em uma Escola Estadual da Rede Pública Estadual do município de Porto Alegre/RS.

Constatou-se que a professora da Sala de Recursos da Escola Estadual de 1º e 2º Graus Paula Soares-RS, demonstrou compromisso, responsabilidade, empatia de maneira geral com a aprendizagem dos alunos e de intermediar constantemente a integração e colaboração com os professores de classe, utilizando estratégias que possam favorecer o aprendizado daqueles alunos que apresentam dificuldades no aprender.

Há envolvimento constante da professora compartilhando conhecimento e afeto, discutindo com os demais colegas de classe uma melhor opção de estratégia, realizando atividades pedagógicas a serem trabalhadas com cada aluno, diante de sua demanda apresentada para que o desenvolvimento e o aprendizado ocorram de maneira prazerosa.

Esta mobilização entre os professores, já citada anteriormente, é devido a demanda de alunos diagnosticados. O atendimento se estende a alunos encaminhados pelos demais professores com prováveis diagnósticos que necessitam de atendimento especial, pois não se deixa de incluir alunos na Sala de recursos que necessitam de acolhimento. Ainda esta mobilização precisa ser ampliada para os demais professores que não tenham alunos frequentando a SR.

Os alunos enquanto participantes ativos no seu desenvolvimento, aprendem a se organizar e criar estratégias de aprendizagem através de materiais presentes na Sala de Recursos socializam-se com as atividades presente, ocorrendo o envolvimento e ação para construção do seu próprio saber.

Reitera-se que a pesquisadora, embora Bacharel em Psicologia, não realizou nesta pesquisa uma observação classificatória e clínica em torno das dificuldades de aprendizagem, mas uma observação em torno das estratégias utilizadas pelos alunos independentemente da classificação clínica, pois o objetivo de estudo foi a utilização de recursos como estratégias de aprendizagem. Assim, não se descarta a possibilidade de, ao prosseguir com a pesquisa em outro momento de especialização, que seja feito um recorte clínico sobre cada dificuldade.

Tendo em vista o acolhimento e integração recebida, os alunos motivam-se no enfrentamento de suas dificuldades, de sua inclusão presente no seu cotidiano escolar, pois isto faz parte também de uma das estratégias integradora que a professora utiliza como apoio na aprendizagem de seus alunos.

Após este trabalho é possível realizar um projeto voltado aos professores da rede pública estadual, especialmente a escola pesquisada, considerando a importância de entender e trabalhar a inclusão, isto seria um trabalho através de temas em seminários e grupos de estudo e formação de docentes com os seguintes temas: dificuldades de aprendizagem, transtornos e estratégias, distúrbios termo genérico/transtorno específicos do desenvolvimento das habilidades, sendo estes de primordial importância para cotidiano escolar e contribuindo na socialização e aprendizado em conjunto com os demais profissionais da área da Educação.

Espera-se que o conjunto de dados e reflexões aqui trazidos possa contribuir para maior compreensão e visibilidade das ações educativas em uma ação em conjunto com o indivíduo e de seu valor para a educação, ponderando aqui, sobre os limites e desafios das práticas da promoção da aprendizagem.

Finalizo dizendo o quando este trabalho me fez bem, pois tive a oportunidade de identificar muitas questões boas da inclusão, pois tive como conhecer o lado do profissional e suas perspectivas e carências sobre seu trabalho, isto fez com que surgisse, no entanto outros questionamentos sobre o ensinar e aprender, possibilitando-me questionamentos sobre AEE.

Por fim, reafirmo que pretendemos prosseguir com este projeto em outra esfera de especialização, enriquecendo-me de aprendizado, convivência, apoio sobre novas discussões acerca de ações a serem realizadas de uma contínua construção dentro da inclusão.

APÊNDICE - A TERMO DE ACEITE

ESCOLA ESTADUAL PAULA SOARES

Rua: General Auto, 68 – CEP: 90010-380 -Centro Porto Alegre-RS

Eu,Diretor da Escola Estadual, concordo com a pesquisa da Mestranda **Dilce Teresinha Assunção da Silva** do PPG Educação em Ciências – UFRGS. Será realizada na Educação Básica junto a “**Sala de Recursos**”, que pretende identificar quais os “**Recursos de aprendizagem utilizadas pela professora em relação ao enfrentamento pessoal dos alunos com dificuldades de aprendizado**”, uma vez que esta pesquisa reverta em benefícios para a escola, trazendo maiores possibilidades de compreensão de como se aprende e como se ensina. Ao final da pesquisa, solicito que a pesquisadora faça uma apresentação dos resultados para o corpo docente e discente da escola.

Porto Alegre, ____/____/____

Responsável Pela Instituição (Carimbo)

Professor Responsável

APÊNDICE – B

QUESTIONÁRIO SEMI-ESTRUTURADO

1- Nome completo:

2- Data de nascimento:

3- Formação:

4- Qual o objetivo da sala de recursos?

5- Quanto tempo está em funcionamento a sala de recursos?

4- Qual a sua opinião sobre os alunos que frequentam a sala de recursos no Ensino Fundamental nesta escola?

5- Você encontra alguma dificuldade para ministrar as atividades na sala de recurso? Explique.

6- Você gostaria de expor algum fato sobre o aprender e ensinar ?

7- Como você organiza a sala de recursos para a aprendizagem dos alunos (organização das mesas, cartazes...)?

8- Você saberia explicar o que é distúrbio, dificuldade e transtorno de aprendizagem?

9- Existe algum caso em especial que você gostaria de compreender melhor? (aluno com dificuldades).

10- Como você compreende que seus alunos internalizam o conteúdo ? Narre um fato significativo que tenha ocorrido durante os encontros na sala de recursos?

9 - ANEXOS A – Fotos da Sala de Recursos.

Sala de Recursos (vista da entrada).



Armários com materiais didáticos



ANEXOS B – Fotos dos materiais didáticos confeccionados pelos alunos.



ANEXOS C – materiais confeccionados pelos alunos em conjunto com professora e equipamentos que compõe a SR.





APÊNDICE D – Um dos encontros com a Professora responsável pela SR.



10 - Referências Bibliográficas

ALMEIDA, L. S. **Facilitar a aprendizagem: ajudar os alunos a aprender e a pensar**. Psicologia Escolar e Educacional, 6, 155-165.2002.

ALVES, G. L. A Produção da Escola Pública Contemporânea. Campo Grande: Ed. UFMS; Campinas: Autores Associados, 2001.

ARANHA, M.S.F. **Educação inclusiva**: a fundamentação filosófica/coordenação geral. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. 2004. v.1

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.

BUENO, J. G.S. **Educação especial brasileira: integração/ segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.

BUENO, B. O. et al. (Org.). **A vida e o ofício dos professores**: formação contínua, autobiografia e pesquisa em colaboração. São Paulo: Escrituras, 1998.

BUENO, J.G.S. **As políticas de inclusão escolar, uma prerrogativa da educação especial**. In: BUENO J.G.S; MENDES, G.M.L; SANTOS, R.A. (Org.). *Deficiência e escolarização*: novas perspectivas de análise. Araraquara: Junqueira & Marin. Brasília: CAPES, 2008. p.43-63.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Especial**. Brasília: Ministério da Educação. 1998.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 23 DEZ. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>

COLLARES, C. A. L. e MOYSÉS, M. A. A. **A História não Contada dos Distúrbios de Aprendizagem**. Cadernos CEDES nº 28, Campinas: Papyrus, 1992, pp.31-48.

Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. (1994, Salamanca).

Tédde, Samantha. T254c - **Crianças com deficiência intelectual: a aprendizagem e a inclusão** / Samantha Tédde. Americana: Centro Universitário Salesiano de São Paulo, 2012. 99 f. Dissertação (Mestrado em Educação). UNISAL – SP. Orientador: Profa. Dra. Sueli Maria Pessagno Caro. Inclui bibliografia. Deficiência – intelectual e Aprendizagem.

UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Salamanca, 1994.

FALCONI, Eliane Regina Moreno; SILVA, Natalie Aparecida Sturaro. **ESTRATÉGIAS DE TRABALHO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL AEE. AEE, Atendimento Educacional Especializado**, v. 10, 2002.
www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382012000300009

FONSECA, Victor da. **Uma introdução as dificuldades de aprendizagem**. Editorial Notícias Lisboa, 1999.

FERNÁNDEZ. A. **A inteligência aprisionada: abordagem psicopedagógica clínica da criança e da família**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

FUMEGALLI, Rita de Cassia de Avila. "Inclusão escolar: o desafio de uma educação para todos?". 2012.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1975.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GADOTTI, M. **Diversidade cultural e educação para todos**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

GADOTTI M. **Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

GARDNER, H. **Estruturas da mente: a teoria das inteligências múltiplas**. Porto Alegre: Arte médicas, 1994.

_____. **O verdadeiro, o belo e o bom: Os princípios básicos para a nova educação**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.

GARDNER, H. **Inteligências múltiplas. Universia Brasil**. Disponível em: http://www.universiabrasil_howardgardner.html, 2005. Acesso 2015

GONÇALVES. Áurea Maria Stavale. **A criança disléxica e a clínica Psicopedagógica**. 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

HONORA M. & FRIZANCO M. L., **Esclarecendo as deficiências: Aspectos teóricos e práticos para contribuir com uma sociedade inclusiva**. Ciranda Cultural, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA (IBGE) em 2010 e divulgação em 2012 -<http://cod.ibge.gov.br/234> fw. Acesso em abril de 2016.

IBGE. 2013. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/234fw>>. Acesso em: 02 maio 2015.

OLIVEIRA, J.H. Barros de; Oliveira M. Barros. **Psicologia da Educação Escolar II Professor-Ensino**. Livraria Alameda, Coimbra Portugal, 1996.

OLIVEIRA, A. A. S. **Estratégias para o ensino inclusivo na área da deficiência intelectual** - Políticas públicas de formação de recursos humanos em educação especial. Londrina: ABPEE, p.69-82, 2009.

MIRANDA, M.I. **Crianças com problemas de aprendizagem na alfabetização: contribuições e teorias piagetiana**. Araraquara, SP: JM Editora, 2000

MOOJEN, S. **Dificuldades ou transtornos de aprendizagem?** In: Rubinstein, E. (Org.). Psicopedagogia: uma prática, diferentes estilos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

MORAES R, **Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva**. Ciências & Educação: Bauru, SP, V9, 2003

MORIN, Edgar. **Ato de Educar**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2000

PARANÁ, **Crítérios para o atendimento educacional especializado em Sala de Recursos Multifuncional** - Tipo I, na Educação Básica. Curitiba, 2011.

ROMERO, J.F. **Os atrasos maturativos e as dificuldades de aprendizagem**. In: COLL. C., PALACIOS, J., MARCHESI, A. Desenvolvimento psicológicos e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995, v.3.

TÉDDE, Samantha. T254c - **Crianças com deficiência intelectual: a aprendizagem e a inclusão** / Samantha Tédde. Americana: Centro Universitário Salesiano de São Paulo, 2012. 99 f. Dissertação (Mestrado em Educação). UNISAL – SP.

TRIVINUS, A.N.S **Introdução a pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987

VIGOTSKY, Lev; Leontiev; Alexis; Luria; Alexandr R. **Psicologia e pedagogia: Bases Psicológicas da Aprendizagem e do desenvolvimento**. São Paulo: Moares, 1991.

VIGOTSKY, Lev; **A Formação Social da Mente**, São Paulo: Fontes, 1991.

VIGOTSKY, Lev; Leontiev S. **Psicologia e pedagogia**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VIGOTSKY & A Educação – João Batista Martins – Belo Horizonte – Autentica, 2005.

VOLKMANN, T. O. D. **Sala de recursos: uma opção para a superação das dificuldades de aprendizagem.** 46 f. Monografia (Curso de especialização em Educação Especial) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Marechal Cândido Rondon, 1999.

WEBER & BENETTI, v(8), nº 8, p. 1900 – 1915, AGO, 2012. (e-ISSN: 2236-1308)
Pós-Graduada em Educação: Interdisciplinaridade e Transversalidade, Unipampa.

<http://www.colegioweb.com.br/curiosidades/vantagens-e-desvantagens-das-escolas-de-tempo-integral.html#ixzz46r7FESkU>.

<http://www.mec.gov.br/portalbrasil.com/informacoes-do-ministerio-da-educacao>

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO. O Programa de Contraturno Escolar. Disponível em: <http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/> Acesso em: 23 de nov. 2011.

www.ministeriodaeducacao.gov.br

novaescola.org.br/formacao/deficiencia-intelectual-inclusao-636414.shtml

someeducacional.com.br/apz/...de_aprendizagem/DificuldadeAprendizagem.pdf